

Unesp e São Luiz do Paraitinga: parceria que reconstruiu a cidade

Apoio, após destruição pela chuva em 2009, uniu ciência, Plano Diretor e gestão local

Cristiane Inácio de Campos e Juliana Cortez Barbosa

Doze metros a mais de água: foi essa variação extrema de volume que o rio Paraitinga registrou, ao longo de poucas semanas, durante o mês de dezembro de 2009. A subida do nível foi efeito de uma sequência de chuvas sem precedentes. O esperado para o mês era algo entre 150mm e 200mm: a marca real alcançou 605mm. Apenas no dia 31 de dezembro, o índice de precipitação chegou a 200mm. O Paraitinga corta a cidade histórica de São Luiz do Paraitinga, e com a subida do rio o município entrou no ano de 2010 literalmente debaixo d'água. O alagamento do Centro afetou prédios de valor histórico, como a igreja matriz e a prefeitura. Deslizamentos de terra multiplicaram os estragos, e mais de 300 residências e 200 estabelecimentos comerciais foram danificados ou destruídos. Cerca de 90% da população ficou sem moradia.

A destruição causada pela chuva no primeiro dia de 2010 surpreendeu um grupo de docentes da Unesp, que há anos frequentavam a cidade regularmente. Em 2005, um programa do governo do Estado de São Paulo resultou em um convite à Unesp, por parte da prefeitura do município, para a elaboração conjunta do Plano Diretor Participativo.

O convite foi aceito por dois professores: José Xaides de Sampaio Alves, hoje docente aposentado da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design em Bauru,



Estudantes da universidade visitam as obras de reconstrução do município

e Mauricio Cesar Delamaro, da Faculdade de Engenharia e Ciências do câmpus de Guaratinguetá.

“A história de valorização da cultura e do turismo integra a população”, diz Alves. “Desde a produção agrícola até restaurantes e hotéis, todos se unem para realizar trabalhos culturais coletivos”, destaca. Esse contexto contribuiu para que a ação de implementação do Plano Diretor Participativo, que demanda ampla participação popular, fosse bem-sucedida.

O plano foi aprovado pela Câmara Municipal no dia 15 de

dezembro de 2009. Apenas duas semanas depois, ocorreria a grande chuva que devastou a cidade.

Desafio da reconstrução

Diante do cenário de destruição, Alves e Delamaro retornaram ao município para identificar demandas emergenciais e, em seguida, reuniram-se com o Reitor da Unesp, Herman Voorwald, para solicitar apoio e recursos financeiros a fim de ampliar a atuação no município. A Reitoria compreendeu a dimensão da tragédia ambiental e o papel estratégico que a Universida-

de poderia desempenhar, tanto no suporte direto à população quanto na produção de conhecimento sobre a recuperação de áreas afetadas por desastres.

Alves realizou uma chamada pública às demais unidades da Unesp solicitando apoio. Ao todo, 11 docentes de diferentes áreas do conhecimento atenderam ao chamado. Professores e estudantes de arquitetura, administração, direito, turismo, medicina, psicologia e das engenharias mecânica, hidráulica, civil e da madeira, dos câmpus de Araraquara, Assis, Bauru, Botuca-

tu, Franca, Itapeva e Rosana, estiveram entre os que prestaram apoio ao município.

Nesse contexto, o Plano Diretor elaborado pela Unesp foi peça-chave para a reconstrução do município. A cidade não precisou de tempo adicional para definir onde seriam construídas novas moradias ou implantados novos espaços de lazer e cultura, uma vez que essas diretrizes já estavam estabelecidas no documento.

O arquiteto recorda que, nesse período, as vans utilizadas nas viagens a São Luiz do Paraitinga e as hospedarias locais se transformaram em salas de aula, onde a comunidade universitária discutia planos de ação e atividades a serem desenvolvidas. Os laboratórios, por sua vez, eram a própria cidade, que permitia aos estudantes aplicar seus conhecimentos em uma situação real.

Em 2014, a Unesp concluiu sua atuação em São Luiz do Paraitinga. A cidade se reconstruiu e, hoje, a enchente é apenas uma lembrança para seus cerca de 10 mil habitantes. Para a Universidade, o projeto foi transformador, pois possibilitou maior aproximação com as comunidades do entorno e resultou na produção de dezenas, talvez centenas, de artigos, livros e outros materiais científicos que registram a experiência e apontam caminhos para o enfrentamento de tragédias ambientais.

Por Nathan Sampaio (Jornal da Unesp)

Pontal do Paranapanema terá projetos de restauração

Eriqui Mazaki/Divulgação

Foi prorrogado até as 12h do próximo dia 9 de fevereiro o prazo para inscrição de empresas interessadas em implementar projetos de restauração ecológica no Pontal do Paranapanema, no extremo oeste de São Paulo. A chamada é uma iniciativa do Finaclima-SP, mecanismo estadual que canaliza recursos privados para ações climáticas.

Projeto

Seguindo as diretrizes do Finaclima-SP, foram definidas para atuação inicial áreas da Região Administrativa de Presidente Prudente, especialmente o Pontal do Paranapanema, e a Área de Proteção Ambiental (APA) do Sistema Cantareira, criada em 1998 e que abrange os municípios de Mairiporã, Atibaia, Nazaré Paulista, Piracaia, Joanópolis, Vargem e Bragança



Região de Presidente Prudente será a área de atuação inicial

Paulista.

Segundo informações da Agência SP, em março deste ano serão contratados os projetos submetidos na Chamada de Projetos para o Pontal do Paranapanema. As ações serão detalhadas em projetos executivos para iní-

cio dos plantios em outubro, início da época de chuvas.

A Chamada de Projetos para a APA do Sistema Cantareira será lançada, também em março deste ano, e ficará aberta para recebimento de propostas por, aproximadamente, dois meses.

Jundiaí promove ação com a PUC-Campinas

Entre os dias 9 e 13 de fevereiro, a PUC-Campinas e a Prefeitura de Jundiaí realizam a 2ª edição do “Workshop RESFRIA”. O foco do encontro é discutir formas de refrescar as cidades e melhorar a vida dos moradores, usando Jundiaí como exemplo prático. O projeto é financiado pela FAPESP e busca unir cientistas, governo e a população para encontrar soluções contra o calor excessivo e as mudanças do clima.

Até o dia 12, o público pode participar de conversas e mesas-redondas com inscrições abertas.

O evento serve para mostrar o que já foi descoberto pelos pesquisadores e como esses dados podem virar leis ou ações da prefeitura. O objetivo é que a ciência não fique apenas nos livros, mas ajude a resolver problemas reais, como a saúde pú-

blica e o meio ambiente, criando cidades mais agradáveis para se viver.

Projeto estuda clima

O projeto RESFRIA começou em agosto de 2024 e vai durar três anos. Ele estuda como o clima de Jundiaí está mudando e quais estratégias funcionam melhor para baixar a temperatura urbana. Em poder dessas informações, a Prefeitura terá ferramentas mais adequadas para planejar ruas e bairros que sofram menos com o aquecimento.

É uma chance importante de trocar experiências e garantir que a cidade esteja preparada para o futuro, unindo o conhecimento acadêmico à gestão do dia a dia. Participar desse debate ajuda a construir um lugar mais resiliente e confortável para todos os cidadãos.